

## Medidas ajudarão na 'regra de ouro' em 2019

*RIBAMAR OLIVEIRA*

As medidas fiscais que estão sendo estudadas pelo governo para cumprir a chamada "regra de ouro" neste ano permitirão, de acordo com cálculos preliminares da área técnica, deixar uma sobra de cerca de R\$ 100 bilhões para que o dispositivo também possa ser respeitado em 2019, disseram fontes oficiais ao Valor.

Isto significa que o objetivo do governo com as medidas em estudo é resolver o problema deste ano e do próximo. Não foi possível saber, no entanto, se as alternativas encontradas pela área técnica para cumprir a "regra de ouro" dispensarão o governo de enviar ao Congresso um pedido de crédito suplementar, que teria que ser aprovado por maioria absoluta.

A Constituição determina que o governo não pode aumentar o endividamento público para custear despesas correntes. As operações de crédito, em determinado ano, não podem exceder o montante das despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida pública).

Governo quer deixar R\$ 100 bi do BNDES para o próximo ano

Esse dispositivo foi chamado de "regra de ouro" das finanças públicas. O texto constitucional permite, no entanto, que o governo encaminhe ao Congresso projeto de lei de crédito suplementar ou especial pedindo autorização para fazer operação de crédito destinada ao pagamento de gasto específico.

O presidente Michel Temer deverá editar uma medida provisória desvinculando o superávit financeiro das fontes de recursos decorrentes de vinculação legal, existente na conta única do Tesouro Nacional no Banco Central em 31 dezembro de 2017, segundo fontes ouvidas pelo Valor.

Os recursos desvinculados serão usados para cobrir despesas primárias obrigatórias deste ano. A MP não vai eliminar as vinculações legais atualmente existentes, mas apenas permitir que os recursos existentes na conta única sejam usados em gastos diferentes dos originais.

O saldo dos recursos de fundos, órgãos e programas era de R\$ 308 bilhões no fim do ano passado, de acordo com dados do Tesouro. Mas neste total, explicaram as fontes, estão também receitas vinculadas por determinações constitucionais, que não podem ser desvinculadas por MP.

A desvinculação de recursos já foi feita várias vezes no passado, durante os governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. A última vez foi em dezembro de 2015, por meio da MP 704, assinada por Dilma Rousseff.

Na exposição de motivos da MP 704, o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa e o ex-ministro do Planejamento Valdir Simão informam que procedimentos semelhantes já tinham sido utilizados nove vezes, desde 1997.

O presidente Temer deverá também assinar decreto definindo regras para o cancelamento de restos a pagar (RAP). O problema atual é que despesas que foram





empenhadas antes mesmo de 2007 continuam sendo reinscritas no Orçamento da União como RAP. Ou seja, de lá para cá não foram executadas, nem liquidadas e, mesmo assim, continuam sendo reinscritas em restos a pagar.

Dados do Tesouro Nacional mostram que 12,8% dos restos a pagar inscritos no Orçamento de 2018 se referem a despesas que foram autorizadas antes 2014. O objetivo da área econômica é limpar os RAPs, pois eles impactam no cálculo da "regra de ouro".

Outra medida em estudo é a extinção do Fundo Soberano do Brasil (FSB), recentemente incluída na lista de 15 projetos econômicos prioritários do presidente Temer. O FSB foi criado pelo ex-presidente Lula no fim de 2008. O governo ainda não decidiu como isso será feito, se por meio de medida provisória ou de projeto de lei.

O FSB ainda possui cerca de R\$ 4 bilhões em ações do Banco do Brasil, que serão vendidas até o fim do ano. O dinheiro vai custear despesas correntes. Além disso, existem cerca de R\$ 23 bilhões de receita do FSB na conta única do Tesouro, utilizados para fazer superávit primário em anos anteriores. Com a extinção do Fundo, o dinheiro poderá ser usado

para custear despesas orçamentárias, reduzindo, assim, a necessidade de emissão de títulos públicos e contribuindo para o cumprimento da "regra de ouro".

Os técnicos estudam também a utilização dos recursos do extinto Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que resultaram do empréstimo compulsório incidente sobre a gasolina e a venda de veículos e que nunca foram devolvidos à população. O FND foi instituído na década de 1980.

O anexo de riscos fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano informa que o passivo exigível a longo prazo do FND totalizava R\$ 42,1 bilhões em dezembro de 2016, sendo R\$ 33,9 bilhões referentes ao consumo de combustíveis e R\$ 8,2 bilhões à aquisição de veículos.

O mesmo documento explica que "a devolução do empréstimo compulsório, bem como suas condições, não estão estabelecidas na legislação vigente". Ou seja, a União poderá se apropriar dos recursos que estão disponíveis. Em maio de 2017, decreto do presidente Temer atribuiu ao Ministério do Planejamento o encargo de fazer um inventário do FND. Um dos objetivos da medida é formalizar as transferências de participações

societárias constantes do ativo permanente do FND para a titularidade da União. O prazo para que isto ocorra é maio deste ano.

As fontes não revelaram qual o montante de recursos que será obtido com as medidas. É difícil saber, argumentam, até mesmo qual é a insuficiência de recursos para cumprir a "regra de ouro" neste ano. A estimativa do Tesouro é de que há um "buraco" de R\$ 208 bilhões. Mas a projeção foi feita com base em um déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) de R\$ 159 bilhões em 2018, o que nem mesmo o mais pessimista dos analistas acredita que vai acontecer, dada a recuperação das receitas da União neste ano.

Se o déficit ficar no mesmo nível do ano passado (R\$ 124 bilhões), o "buraco" diminui e, com a ajuda das medidas em estudo, o governo terá necessidade de menos recursos a serem pagos antecipadamente pelo BNDES pelos empréstimos do Tesouro. "Se tudo der certo, dá para deixar uns R\$ 100 bilhões para 2019", disse uma fonte.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E - m a i l :  
ribamar.oliveira@valor.com.br

## Construtora média ganha espaço na lista de desembolsos do governo

Por Fernanda Pires e Rodrigo Rocha | De São Paulo

A Operação Lava-Jato e o aperto fiscal do governo mudaram radicalmente o perfil da destinação de recursos para as empresas que fazem obras públicas. Os desembolsos federais para construtoras no ano passado se concentraram basicamente na transferência de verbas para manutenção e adequação de rodovias, intervenções realizadas por empresas de porte médio.

É um cenário inverso ao de 2014, ano da deflagração da Lava-Jato, quando as maiores empreiteiras do país - Odebrecht, Camargo Corrêa e Mendes Júnior, entre outras - ainda dominavam o ranking de recebimento de recursos, que foram principalmente destinados para projetos estruturantes. Dentre os quais, obras de ferrovias e transposição do Rio São Francisco.

Em 2017, a única grande empreiteira que ainda se manteve entre as dez que mais receberam dinheiro da União foi a Odebrecht. Todavia, com um projeto que "distorce" a amostra - recursos na implantação do estaleiro e base naval para construção e manutenção de cinco submarinos, sendo quatro deles convencionais e um de propulsão nuclear.

Em 2017, quem liderou o ranking foi a Sanches Tripoloni, tradicional empresa no ramo de obras de terraplenagem e manutenção em rodovias. A empreiteira recebeu R\$ 506 milhões no ano passado, sendo R\$ 420,6 milhões para adequação, manutenção e construção de trechos rodoviários, nesta ordem. Os repasses foram efetuados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Outros R\$ 82 milhões saíram da estatal de investimentos ferroviários Valec para a Sanches Tripoloni erguer uma ponte de quase 3 quilômetros que faz parte da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). Em 2014, a empresa não aparecia na lista das dez primeiras. Recebeu R\$ 199,5 milhões, dos quais 97% destinados a adequações, manutenção e construção de trechos em rodovias. Para a Fiol, foram apenas R\$ 44,8 mil naquele ano.

"O aumento do orçamento se deve sobretudo a quatro contratos de duplicação e adequação da rodovia BR-163", afirmou Paulo Francisco Tripoloni, presidente da empresa, que está há mais de 30 anos no mercado. Oriunda de Maringá (PR) e com sede em São Paulo, a Sanches Tripoloni faturou R\$ 610 milhões em 2017. Já construiu mais de 3 mil quilômetros desde sua fundação. "Temos capacidade de faturar até R\$ 1,5 bilhão", disse o executivo, que

pretende expandir a atuação da companhia fora do país.

Tripoloni analisa disputar projetos de construção de rodovias em outros países da América do Sul, como Paraguai e Peru. No Brasil, além de expandir a carteira de obras públicas, tem interesse no negócio de concessão de exploração de rodovias.

Em valores absolutos, os repasses do governo para a construção caíram quase 30%. Vieram de R\$ 18,3 bilhões em 2014 para R\$ 12,9 bilhões, no ano passado. Corrigido pela inflação, o recuo foi de 42%. Os números foram levantados pelo Valor a partir dos dados disponíveis no Portal da Transparência do governo.

Dos grandes repassadores para projetos de construção, a Valec viu sua verba cair 70% em três anos

Dos grandes repassadores para projetos de construção, o Dnit praticamente manteve o montante. Fechou 2017 em R\$ 9,5 bilhões, 4% a menos do que em 2014. A Valec, por outro lado, viu sua verba cair 70%, para R\$ 908 milhões. A Secretaria de Infraestrutura Hídrica, ligada ao Ministério da Integração Nacional, perdeu cerca de R\$ 500 milhões no período, encerrando o ano passado em R\$ 707,7 milhões.





Terceira construtora que mais recebeu recursos em 2017, a mineira LCM Construções e Comércio foi criada para se dedicar totalmente ao negócio de manutenção e adequação de rodovias em contratos públicos.

"Somos 100% dedicados a isso. As grandes empresas acabaram sendo envolvidas em escândalos e deixaram de fazer. Crescemos no vácuo", disse Claudia Campos Batista, diretora administrativa e financeira da LCM.

A empresa é resultado de uma cisão da CCM-Construtora Centro de Minas, que está há três décadas no mercado e em 2014 foi a segunda colocada entre as que mais tiveram recursos do governo.

Fora a Odebrecht, a única das outrora megaempreiteiras que apareceu entre as 15 primeiras no ano passado foi a Queiroz Galvão - em 12º lugar. Recebeu no total R\$ 156,9 milhões, sendo a maior parte para a construção da segunda ponte sobre o Rio Guaíba e acessos na BR-116/290, no Estado do Rio Grande do Sul.

Outros R\$ 38,7 milhões foram para a integração do Rio São Francisco com as bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi, da Secretaria de Infraestrutura Hídrica.

Três anos antes, a Queiroz Galvão recebeu R\$ 250,1 milhões. Foram principalmente R\$ 166,9 milhões destinados à integração do Rio São Francisco e mais R\$ 76,8 milhões para construção e adequação de trechos rodoviários.

Questionado sobre a queda no montante, o Ministério da Integração Nacional informou por e-mail que os recursos para os projetos hídricos são disponibilizados "de acordo com suplementações financeiras realizadas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão".

Já a Valec não explicou a variação e também por e-mail informou que os principais investimentos do órgão para o ano foram definidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018.





## Montante repassado

Nos últimos três anos houve uma queda de 30% nos valores repassados – em R\$ milhões

### Referente a 2014

Empresa	Valor	Principal destinação
Odebrecht	1.130,3	100% submarino nuclear
CCM	602,6	95% manutenção rodoviária
Camargo Corrêa	545,6	62% adequação rodoviária e 38% Ferrovia Norte-Sul
Mendes Júnior	390,1	71% obras Rio São Francisco
Galvão	363,7	99% obras Fiol
Constran	338,9	69% obras Fiol e Ferrovia Norte-Sul
Pavotec	336,6	74% obras Fiol e Ferrovia Norte-Sul
Serveng Cívilsan	331,4	50% adequação rodoviária e 49% Obras Rio São Francisco
Queiroz Galvão	250,2	67% obras Rio São Francisco
Castilho	210,0	75% manutenção rodoviária

Fonte: Portal da Transparência. Levantamento: Valor Econômico

### Referente a 2017

Empresa	Valor	Principal destinação
Sanches Tripoloni	506,1	83% adequação/manutenção/const. rodoviária
Odebrecht	390,1	100% submarino nuclear
LCM	371,2	100% adequação e manutenção rodoviária
Castilho	352,5	100% adequação e manutenção rodoviária
Empresa Construtora Brasil	236,1	100% adequação e construção rodoviária
Serveng Cívilsan	196,8	75% obras Rio São Francisco
Paviservice	182,0	100% manutenção e construção rodoviária
Neovia	179,4	100% manutenção rodoviária
Apia	169,7	100% manutenção e construção rodoviária
Souza Reis	166,5	100% manutenção rodoviária

## Meirelles: não há prazo para mudar preço da gasolina

Ministro do Planejamento diz que serão necessárias mudanças para cumprir regra fiscal em 2019

NOVA YORK E BRASÍLIA - O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou ontem em Nova York que não há prazo para o governo anunciar mudanças no preço dos combustíveis. Segundo ele, o governo está estudando alterações em impostos e outros custos, mas disse que não vai alterar a forma como a Petrobras estabelece os preços de seus produtos, com variações diárias, que seguem a cotação internacional dos combustíveis: —A política de preços da Petrobras é autônoma, baseada na eficiência corporativa e na realidade de mercado. Sobre isso, não há nenhum pensamento. Segundo Meirelles, que foi a Nova York se reunir com investidores e empresários, não deve haver qualquer anúncio até 6 de abril, prazo para que ele deixe o cargo se quiser concorrer nas eleições deste

ano.

Já o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que o governo precisará de alternativas para cumprir em 2019 a chamada “regra de ouro”, que proíbe endividamento para financiar despesas correntes, como pagamentos de salários e custeio. —Precisaremos de alguma alteração legislativa para que o governo possa manter o funcionamento normal das despesas que tem de ser pagas — disse, ressaltando que, para este ano, não há riscos. Ontem, porém, o governo sofreu uma derrota no Congresso, que vai acarretar perda de arrecadação. Deputados e senadores aprovaram uma medida provisória, pela qual os fundos de investimento exclusivos só serão tributados a partir de 2019. Com isso, a arrecadação, antes estimada em R\$ 10 bilhões, passou a zero. (Henrique Gomes Batista, enviado especial, e Bárbara Nascimento)

## Ministro admite rever regra de ouro

DE NOVA YORK

Em visita oficial a Nova York, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, já deu como certa a necessidade de autorização do Congresso para que o governo não quebre no ano que vem a regra de ouro, o mecanismo que impede o país de emitir dívida em volume superior aos investimentos.

“Vamos precisar de alguma alteração legislativa para que o governo possa manter o funcionamento normal das despesas que têm de ser pagas”, disse o ministro, que integra a comitiva de Henrique Meirelles (Fazenda).

“Estamos estudando isso do ponto de vista técnico e jurídico.”

Sua previsão para este ano, no entanto, é que o país deve cumprir a regra de ouro “usando alternativas internas do governo”, como a liberação de dinheiro do BNDES e recursos do fundo soberano do país.

O discurso destoava do do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Em Nova York, há dois meses, ele disse que “com algum esforço” o país cumpriria a regra em 2019.

Técnicos ligados ao senador tucano José Serra elaboram agora uma medida que pode evitar o desrespeito ao mecanismo, mudando a interpretação sobre receitas e despesas consideradas na apuração da regra de ouro.

**Servidores da Receita –  
Decreto de regulamentação  
do bônus de eficiência saiu do  
Planejamento para a Casa  
Civil?**

Vera Batista

Por volta das 16 horas, foi confirmado que a minuta de decreto do bônus da Receita foi, enfim, para o Ministério da Fazenda para a assinatura da Exposição de Motivos Interministerial. Depois retornará ao Planejamento para finalizar e só aí poderá ser encaminhado para a Casa Civil. O que poderá acontecer hoje ou amanhã (atualizado às 16h27)

Segundo informações de fontes ligadas ao Ministério do Planejamento, o decreto com a regulamentação do bônus de eficiência para os servidores da Receita Federal seguiu, na noite de ontem, para a Casa Civil da Presidência da República. O

texto da progressão das carreiras também está lá, no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal (Sidof). A confusão continua grande, porque fontes da Fazenda garantem que nada aconteceu, ainda: “foram boatos dos ansiosos, o decreto ainda está amarrado”, disseram

Agora, quando caminharem, os documentos dependerão da sanção – ou veto – do presidente da República, Michel Temer. Apesar dos esforços dos gestores da Receita Federal – controlada pelos auditores-fiscais – e do Sindicato Nacional da categoria (Sindifisco), a expectativa não é das melhores, de acordo com ambas as fontes. Resta a dúvida sobre qual dos seus auxiliares Temer privilegiará: vai seguir as orientações do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, ou do chefe do Planejamento,

Dyogo Oliveira.

A briga pela benesse, que representa um extra de R\$ 3 mil a mais nos salários dos auditores e R\$ 1,8 mil nos contracheques dos analistas-tributários, é antiga, dividiu a categoria e fragilizou a luta por temas importantes da conjuntura brasileira como as reformas trabalhista e da Previdência. No Fisco, a expectativa era de que o bônus fosse variável. Houve até estimativas de que chegaria a R\$ 10 mil mensais, ou mais, para ficar parecido com os honorários de sucumbência dos advogados federais.

Por outro lado, em consequência do ajuste fiscal e tendo em vista o pacote restritivo que reduz as remunerações de acesso e aumenta a alíquota da Previdência de 11% par 14% dos salários, o Planejamento nem pensa em bombar os ganhos de uma só carreira de Estado.







Informações recentemente divulgadas pelo Blog do Servidor, apontam que, para esse ano, o ministério responsável pelo desembolso só admitia elevar o valor para, no máximo R\$ 4,5 mil

A intenção, porém, era de que o valor permanecesse em R\$ 4,5 mil até dezembro de 2018 e a partir de janeiro de 2019 seria sem teto ou uma porcentagem sobre o que fosse arrecadado. Hoje, ninguém mais acredita que o governo vá aceitar tamanho privilégio. Para a sociedade em geral, essa alta de 50% seria para comemorar.

Mas os funcionários não aceitaram “essas migalhas” e continuam fazendo greves e movimentos de protesto.